



***Morte e pedagogia cívica no contexto republicano português: os funerais dos “grandes mortos” nas primeiras décadas do Século XX***  
**(Original em português)**

*Death and civic pedagogy in the portuguese republican context: the funerals of “prominent dead” in the early decades of the XXth century*

*Muerte y pedagogía cívica en el contexto republicano portugués: los funerales de los “grandes muertos” en las primeras décadas del Siglo XX*

JOAQUIM PINTASSILGO<sup>1</sup>; RUI AFONSO DA COSTA<sup>2</sup>

## Resumo

Pretendemos, com este texto, promover uma reflexão acerca da utilização pedagógica e cívica dos funerais de “cidadãos ilustres” durante o período republicano português (1910-1926). O culto cívico dos mortos surgiu ligado à afirmação dos Estados-Nação e, em particular, à reinvenção das memórias coletivas necessárias à sua legitimação e projeção para o futuro. Os “grandes mortos”, alvo de consagração cívica, resultam de um processo de idealização que relativiza os seus defeitos e realça as respetivas virtudes. A partir daí eles passam a ser um exemplo para o resto da comunidade. A forma como as cerimónias eram organizadas e coreografadas enfatiza o seu potencial pedagógico. Escolhemos os exemplos de Guerra Junqueiro, um poeta, e de Sacadura Cabral, um aviador militar, e seleccionámos três dos mais importantes jornais diários da época: *O Século*, o *Diário de Notícias* e *O Mundo*.

**Palavras-chave:** Pedagogia cívica; Culto dos mortos; Memória.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade de Salamanca. Professor Associado do Instituto de Educação. Universidade de Lisboa. Portugal. E-mail: japintassilgo@ie.ulisboa.pt

<sup>2</sup> Mestre em História Cultural e Política pela Universidade Nova de Lisboa. Professor do Quadro de Nomeação Definitiva do Agrupamento de Escolas de Santa Maria dos Olivais, Lisboa, Portugal. ruiafonsodacosta@sapo.pt

### **Abstract**

*This text has the purpose to reflect upon the pedagogical and civic use of the funeral ceremonies of distinguished citizens during the Portuguese republican period (1910-1926). The civic cult of the dead emerged in connection with the affirmation of the new Nation-states and, particularly, with the reinvention of collective memories, indispensable both for its validation and for its future. The "great dead", subject to civic consecration, went through a process of idealization that overlooked their flaws and emphasized their virtues. From then on, they were an example for the rest of the community. The way the ceremonies were organized and choreographed gave emphasis to their pedagogical potential. We chose the examples of Guerra Junqueiro, a poet, and Sacadura Cabral, a military airman, and we selected three of the most important newspapers of the time: O Século, Diário de Notícias and O Mundo.*

**Keywords:** *civic pedagogy; cult of the dead; memory;*

### **Resumen**

*Tenemos la intención, con este texto, de promover una reflexión sobre el uso educativo y cívico de los funerales de "distinguidos ciudadanos" durante el período republicano portugués (1910-1926). El culto cívico de los muertos surgió ligado a la afirmación de los Estados-nación y, en particular, a la reinención de las memorias colectivas necesarias para su legitimación y proyección para el futuro. Los "grandes muertos", objeto de consagración cívica, resultan de un proceso de idealización que relativiza sus defectos y realza las respectivas virtudes. A partir de ahí pasan a ser un ejemplo para el resto de la comunidad. La forma en que las ceremonias eran organizadas y coreografiadas enfatiza su potencial pedagógico. Hemos escogido los ejemplos de Guerra Junqueiro, un poeta, y de Sacadura Cabral, un aviador militar, y seleccionamos tres de los más importantes diarios de la época: O Século, Diário de Notícias y O Mundo.*

**Palabras clave:** *Pedagogía cívica; Culto de los muertos; Memoria.*

Recebido em: outubro de 2017

Aprovado para publicação em: novembro de 2017

## Contextualização

Este texto tem por finalidade refletir acerca do aproveitamento pedagógico e cívico dos funerais de figuras consideradas exemplares durante o período republicano português coincidente, em parte, com as segunda e terceira décadas do século XX. A I República, para além de abolir a monarquia constitucional, desenvolveu um combate sem tréguas à influência social e cultural da Igreja Católica e à presença simbólica do catolicismo no espaço público e na vida quotidiana. A emblemática Lei da Separação do Estado das Igrejas, datada de 1911, tinha como principal desiderato a promoção de uma radical laicização da sociedade portuguesa (CATROGA, 1991; 1988). Conscientes da necessidade de encontrar alternativas rituais e simbólicas que preenchessem o espaço deixado vago pelo desaparecimento das tradicionais fontes de legitimação e consenso, os republicanos procuram pôr de pé um vasto conjunto de celebrações cívicas que possuíam uma clara intenção pedagógica (BACZKO, 1978; OZOUF, 1976). Os símbolos e ritos então fomentados faziam parte de um ambicioso projeto de transformação da alma e do corpo dos portugueses, tendo em vista a formação dos cidadãos republicanos e patriotas considerados essenciais para a preservação e consolidação de um regime que se apresentava em rutura com o passado monárquico e católico. Pretendia-se, ao mesmo tempo, regenerar uma sociedade tida por decadente por via da revalorização de algumas das suas referências míticas (PINTASSILGO, 1998).

O culto da Pátria, da sua história, dos seus símbolos e dos seus heróis, surge, assim, como a principal manifestação daquilo que podemos considerar, paradoxalmente, uma religiosidade cívica de cariz republicano e laico (SIRONNEAU, 1980). Esse culto incluía a construção de uma espécie de hagiografia cívica, tendo como principal referência a figura exemplar de Camões, que cantara a Pátria em *Os Lusíadas*. As celebrações dos centenários de figuras ilustres, prática cultural fomentada entre as décadas finais de oitocentos e o início do século XX, foram uma das principais manifestações desse projeto que mesclava a imagem do herói romântico e o culto positivista dos grandes homens (MENDES, CATROGA, TORGAL, 1996; MATOS, 1990). É sabido que, no caso do republicanismo português, o positivismo, particularmente na sua versão menos ortodoxa, surgiu como a principal fonte doutrinal o que explica a centralidade assumida pelas liturgias cívicas no conjunto das práticas então fomentadas, tendo por finalidade a construção de uma comunidade simbólica (RIVIÈRE, 1988).

É este contexto que permite compreender a importância do objeto de estudo que aqui procurámos circunscrever: os funerais de «mortos ilustres» que ocorreram durante o período republicano. O culto cívico dos mortos, tal como é desenvolvido entre os séculos XIX e XX, surge articulado com a afirmação dos novos Estados-Nação e, em particular, com a reinvenção das memórias coletivas indispensáveis tanto para a sua legitimação como para a sua projeção para o futuro. Os “grandes mortos” alvo de consagração cívica passam por um processo de idealização, sendo esquecidos os seus eventuais defeitos e enfatizadas as suas propaladas virtudes. Passam a ser figuras exemplares para os restantes membros da comunidade.

A forma como são organizadas as cerimónias procura enfatizar as suas potencialidades pedagógicas, o mesmo acontecendo à coreografia a que elas obedecem. O cortejo cívico dá uma dimensão pública e coletiva ao rito, que se oferece como espetáculo. Os discursos proferidos à beira-túmulo encarregam-se de tornar clara para o grande público a exemplaridade cívica dos ilustres desaparecidos, dramatizando o momento e propiciando a

comunhão de todos em torno do espírito do homenageado e do seu significado. No caso dos funerais realizados no período em análise, a mensagem política é igualmente clara: ao sacralizar-se mártires, heróis ou intelectuais republicanos pretende-se uma renovação simbólica dos laços entre os cidadãos e o regime, algo que a sua precariedade e permanente instabilidade tornam absolutamente decisivo.

A noção de “pedagogia cívica” aqui proposta procura sublinhar a ideia de que a pedagogia não é redutível à sua dimensão escolar, podendo ser pensada no âmbito mais geral da *polis*. Pretende-se, neste contexto, uma educação dos cidadãos, mas essa educação não se apresenta como circunscrita à escola, passando igualmente pelo espaço público. O caráter relativamente informal desse projeto não significa ausência de intencionalidade, bem pelo contrário, como é bem visível no caso da República portuguesa. Esta põe de pé um conjunto de práticas simbólicas e rituais que têm em vista a transformação dos portugueses elevando-os à cidadania, pelo menos como é interpretada pelo republicanismo. A laicização do calendário, a revolução toponímica, o culto da bandeira e do hino e o programa de celebrações cívicas então promovido são alguns dos exemplos dessa “pedagogia cívica” republicana. Como em toda a pedagogia encontramos aqui uma reflexão sobre a ação educativa mas também, para citar Jean-Claude Passeron, “une action de transformation culturelle methodiquement conduite” (PASSERON, 2002: p. 596-597). Os “mortos ilustres”, aqui invocados, são, assim, erigidos à categoria de “pedagogos” dos seus compatriotas que por cá permaneciam tendo, nessa condição, o dever de os conduzir ao reino das virtudes e do civismo. Daí poder-se falar, também, em “pedagogia da morte”.

Se bem que possamos convocar a noção de cidadania quando falamos da socialização política fomentada através do culto dos “mortos ilustres” e da ampla participação popular a que se apela, convém ter em conta o caráter restrito das bases em que assentava a representação política. Ao contrário do que parecia indicar a expressão “república democrática”, comumente usada ao tempo, a I República nunca o foi verdadeiramente por via da exclusão de importantes parcelas da sociedade portuguesa no que se refere à participação cívica, em particular as mulheres e os analfabetos. Para além disso, o projeto de “republicanização dos cidadãos”, de que os funerais cívicos eram parte integrante, implicou um conjunto de práticas educativas e culturais que o aproximavam mais da noção de “endoutrinação” do que das atuais preocupações com a construção de uma cidadania democrática e participativa. Estamos ainda longe do universalismo da cidadania moderna. A grande referência simbólica, e que se pretende agregadora da comunidade em alternativa aos rituais do catolicismo, agora afastados do espaço público, é-nos dada pela Pátria e pelo seu culto.

Importa, neste momento, como elemento de contextualização em relação aos funerais cívicos, esboçar um quadro mais geral das atitudes perante o enterramento dos mortos nas primeiras décadas do século XX. Convém ter em conta, em primeiro lugar, o seguinte: Portugal era um país predominantemente rural, tradicionalista, analfabeto e católico, onde a morte era concebida como uma passagem para a vida eterna. Os fracos índices de urbanização limitavam o avanço da secularização e mantinham a população arreigada à forma religiosa de cultuar a morte que compreendia as práticas tradicionais folclorizadas e as decorrentes do cristianismo popularizado (FIGUEIREDO, 2006).

Uma maior diversidade de atitudes pode ser encontrada nos únicos grandes centros urbanos de Portugal - a cidade do Porto e sobretudo a cidade de Lisboa. A burguesia da capital portuguesa alinha-se pela europeia ao procurar diferenciar-se e obter reconhecimento

social através das manifestações exteriores para com os mortos, de que são exemplo as apoteoses em torno dos "grandes homens". Estas consagrações revestem-se na sua essência de sacralidade, quando refletem a tradição e o revivalismo religioso que marcou a Igreja Católica desde os finais do século XIX, ou constituem-se como uma manifestação de militância política, quando objetivam um ideário de fundo iluminista e positivista que atribuía à laicização um fator de emancipação política e social, a que aderiram também alguns setores mais reivindicativos do operariado.

Assim, livres-pensadores, republicanos, socialistas e anarquistas, que davam vida a um crescente movimento anticlerical, não deixam de reconhecer, salvo raras exceções, o valor pedagógico do culto dos mortos e a estrutura formal dos seus ritos, ainda que descristianizados. A ofensiva laica do Estado republicano acabaria por reforçar e ampliar as intenções daquela vanguarda que propunha, a nível institucional e mundividencial, uma alternativa ao catolicismo, criando novos elos políticos e de sociabilidade, familiar e nacional (CATROGA, 1999).

Este movimento reconhece que a morte não era um acontecimento social, política e ideologicamente neutro. Por isso, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, investiu na secularização dos cemitérios e na defesa do enterramento não católico, nomeadamente como direitos fundamentais do indivíduo consagrados nos documentos jurídicos do País. A campanha em favor deste último aspeto arrancou nos finais da década de 70, mas teve sempre um cariz minoritário, enfrentando a resistência do catolicismo oficial, apoiado em medidas político-administrativas, e popular. Por isso, a militância laica aproveitou os funerais de alguns "grandes homens", pela sua dimensão coletiva e pública, como "contra manifestações" para formar novas atitudes perante a morte, reivindicar direitos, enraizar memórias, filiar consciências, encenando-os como espetáculos cívicos. São disso exemplo os funerais do professor, Grão-Mestre da maçonaria e militante republicano José Elias Garcia (1891), do jornalista e militante livre-pensador Heliodoro Salgado (1906), dos regicidas (1908), expressão da heroicidade político-social, da morte dos heróis-fundadores da República, de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis, vivenciada como apoteose de um regime que acabara de ser implantado (CATROGA, 1999).

De que modo esta problemática se configura nos funerais e no discurso sobre a morte das personalidades republicanas que seleccionámos? Para responder a esta pergunta, recortámos, de um conjunto que podia englobar também Manuel Arriaga, Sidónio Pais (MEDINA, 2007; 1994), Teófilo Braga, João Chagas, Magalhães Lima, António José de Almeida e a tumulação do soldado desconhecido, os exemplos representados por uma figura cimeira da cultura republicana, o poeta Guerra Junqueiro, e pelo malogrado militar-aviador Sacadura Cabral, cuja heroicidade foi conquistada ao realizar, juntamente com o almirante Gago Coutinho, a ousada travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro, em 1922, no centenário da independência do Brasil.

É igualmente importante referir as fontes que nos serviram de base para a compreensão dos funerais-espetáculo estudados e que constam da imprensa escrita coeva sediada em Lisboa, onde também aqueles decorreram. Para concretizar este desiderato seleccionámos três dos jornais mais importantes do período estudado e até da história da imprensa em Portugal. Um é o *Diário de Notícias*, fundado em 1865 e ainda hoje em publicação, o primeiro jornal essencialmente noticioso e sem filiação partidária, o que faz dele

uma fonte menos contagiada pela simpatia para com o morto e o simbolismo que ele representa. O segundo é *O Século* criado em 1881, sob a direção de Magalhães Lima, que, a despeito de rivalizar com o *Diário de Notícias* no tratamento da informação noticiosa, se assume como um jornal abertamente republicano, tendo prestado relevantes serviços à causa da propaganda que levou os republicanos ao poder, mas que, ao ser comprado, em finais de 1924, pela confederação patronal União dos Interesses Económicos envolveu-se na preparação da opinião pública para a imposição de uma ditadura militar. Os referidos órgãos de imprensa destacaram-se sobretudo como mediadores do pesar e do luto por Guerra Junqueiro e Sacadura Cabral, personalidades que podemos considerar social e politicamente transversais. A amplitude do tratamento jornalístico dado ao passamento destas personalidades, chamado várias vezes à primeira página, e as informações disponibilizadas encorajaram e facilitaram a presença do público que ocorreu em grande número às cerimónias fúnebres. É significativo que o dia de luto nacional por aqueles "grandes portugueses" fosse o único tema da primeira página.

Recorremos, em terceiro lugar, a *O Mundo*, um periódico republicano radical fundado em 1900, e que é considerado o jornal de maior projeção e de mais larga influência político-ideológica no período que antecedeu a implantação da República. Após a implantação desta, a sua ligação aos democráticos e o anticlericalismo militante fizeram dele um jornal de feição (TENGARRINHA, 1989). Porém, isso não o impediu de contribuir para preparar os espíritos para a glorificação nacional que foi prestada a Guerra Junqueiro e a Sacadura Cabral.

Para estudar este conjunto de fontes recorreremos à análise de conteúdo, procurando nas notícias, entrevistas e editoriais discernir um conjunto de imagens e recordações dos falecidos, bem como o seu carácter prospetivo. A referida análise procurará, por um lado, descrever o visível, isto é, os locais de exposição do corpo e a sua decoração, o velório e a sua organização, o préstito e o seu percurso, os participantes organizados e os cidadãos anónimos, a derradeira despedida no cemitério onde a palavra e a oratória se impõem ou, num dos casos, no panteão nacional, que então se situava no mosteiro dos Jerónimos. Por outro lado, procurámos compreender a mundividência laica das celebrações, ainda muito próximas do cerimonial católico na sua configuração exterior. Finalmente, a documentação foi compulsada de modo a fazer sobressair os usos do culto cívico dos grandes homens, no sentido de elencar as virtudes modelares que neles se concentravam e que serviam de referência ética e política ao cidadão comum.

### **Guerra Junqueiro (1850-1923): “Poeta” e “Patriota”**

No ano 1923 partiu um dos vultos do republicanismo histórico, apreciado por muitos contemporâneos como uma personalidade cimeira da cultura nacional - Guerra Junqueiro. O poeta só aderiu ao Partido Republicano depois do *Ultimatum* de 1890, tendo-se destacado na militância política e anticlerical com a publicação de várias obras que, se garantiram o aplauso incondicional dos opositores à Monarquia e um funeral heroico, não permitiram mais do que o silêncio posterior a que foi votado pela história da literatura (FRANCO, 2001).

*O Século* de 8 de julho de 1923 dá a notícia – “Morreu Guerra Junqueiro! O falecimento do Grande Poeta, símbolo da Raça, causou em todo o país o mais extraordinário

pesar”. Estas expressões vão dar o tom para o enaltecimento subsequente ao passamento e que o vão transformar em herói nacional: “Um dos seus mais egrégios filhos, o maior poeta da latinidade em nossos dias e dos maiores em todas as épocas”, “[A] figura que, nesta hora, mais perfeitamente encarnava o génio da raça”, “o batalhador dos generosos ideais”<sup>3</sup>, “a primeira figura da República”<sup>4</sup> “uma das mais belas figuras da Raça”, “um dos nossos poetas mais populares”, “o grande Poeta da Raça”<sup>5</sup>, o “genial Poeta”, “o cantor inigualável do Pão e da Luz”<sup>6</sup>, “uma glória da Pátria”<sup>7</sup> e um “homem superior”<sup>8</sup>. No conjunto destas referências merece destaque o carácter paradigmático que lhe é atribuído, como uma espécie de *representative man* de todo um Povo, de toda uma Nação. O facto de ser poeta, como acontecera com Camões, parece facilitar essa identificação, tornando-o um herói mais aceitável. Como poeta ele era “uma águia” que “se elevou tão alto, que esteve próximo de Deus”<sup>9</sup>. A sua conversão ao republicanismo, de que foi, com a sua pena grandiloquente, um acérrimo propagandista potencia a interligação entre Pátria e República tão cara à retórica republicana. O seu perfil é idealizado, purificado, para que as suas virtudes sobressaíam e ele possa ser apresentado a toda a comunidade como um exemplo a seguir: Guerra Junqueiro era um ser “sequioso de justiça, um retilíneo carácter, um protótipo de lealdade como amigo e de indulgência como adversário”. Mesmo assim, os articulistas concedem que ele em vida não fora consensual e que havia estado no centro de algumas polémicas, por ter cultivado “a sátira com uma violência inaudita”, o que “dividiu pareceres e extremou campos” em sua volta. Mas agora os tempos são de apelar ao consenso em seu torno: “Uma unanimidade, porém, permaneceu e permanece indestrutível [...]: a unanimidade no reconhecimento do mérito insuperável, da portentosa grandeza do artista”<sup>10</sup>.

Segundo determinação sua, e que a família fará questão de respeitar, o enterro deveria ser religioso. Esta opção pode parecer paradoxal, dado tratar-se de um herói apropriado por uma República que se destacou, em particular nos anos iniciais, pelo seu laicismo radical. Mas é bom lembrar que já estamos em 1923, momento em que a “questão religiosa” está menos inflamada e em que setores do próprio regime pugnam por alguma pacificação nas relações entre Estado e Igreja. A devoção religiosa do poeta pode, até, potenciar o consenso que se pretende fomentar aproveitando o momento do seu desaparecimento físico. Nessa conformidade, o governo fez saber que, “atendendo aos desejos manifestados pelo grande Poeta, não opunha a menor dificuldade à realização do enterro religioso”<sup>11</sup>. Essa ambivalência é, de resto, realçada pelos articulistas: o poeta havia-se devotado simultaneamente “ao culto de Deus e da Pátria”<sup>12</sup>. Foi assim possível realizar, na Basílica da Estrela, uma “missa de

<sup>3</sup>Morreu Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14870, 8-07-1923, p. 1.

<sup>4</sup>*Idem*, p. 4.

<sup>5</sup>Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14871, 9-07-1923, p. 4.

<sup>6</sup>Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 1.

<sup>7</sup>A morte de Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14875, 13-07-1923, p. 1.

<sup>8</sup>Os funerais do Poeta. *O Século*, n.º 14877, 15-07-1923, p. 1.

<sup>9</sup>Morreu Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14870, 8-07-1923, p. 4.

<sup>10</sup>*Idem*, p. 1.

<sup>11</sup>Guerra Junqueiro será conduzido amanhã para o Palácio do Congresso realizando-se o seu funeral depois de amanhã às 18 horas. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 2.

<sup>12</sup>Morreu Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14870, 8-07-1923, p. 1.

corpo presente”<sup>13</sup>, “uma missa por alma do glorioso Poeta”<sup>14</sup>. O momento em que “a família entrega à Nação o corpo do Poeta” é interpretado por *O Século* da seguinte forma: “O seu corpo, depois de ter repousado à sombra acolhedora de um templo católico, ficou no edifício da Nação, que é o Congresso da República [...]. Após as homenagens religiosas, as homenagens cívicas”<sup>15</sup>.

O poeta manifestara igualmente o desejo de que o seu funeral fosse “modesto”, sem “coroas” nem “flores” e, particularmente, sem que se pronunciassem “discursos”, uma prática muito seguida ao tempo neste tipo de celebração cívica e que contribui para que possamos interpretar hoje o sentido que se lhes pretendia atribuir. Com esta determinação Guerra Junqueiro tentava porventura evitar que a cerimónia em sua própria homenagem se convertesse num palco de lutas políticas, garantindo assim, à partida, o consenso possível. A imagem de modéstia e de humildade, que caracterizaria o poeta, é sublinhada em vários momentos pela imprensa. Ele teria sido sempre “alheio” às “glórias vãs das academias e só se sentindo bem entre os humildes e os simples”. Reciprocamente, ele teria a “adoração do Povo” que, “mal sabendo ler os seus versos” via-o como “o descobridor do seu sonho e o redentor da sua alma”<sup>16</sup>. A aparente contradição entre a simplicidade pretendida por Junqueiro para o seu funeral e a grandiosidade das homenagens que lhe estavam a ser rendidas não deixa de ser notada e procura ser explicada:

A Comissão [encarregada de organizar e dirigir o funeral] resolveu que as cerimónias a realizar se fizessem com a simplicidade desejada por Guerra Junqueiro, sem, contudo, prejudicar a grandiosidade das homenagens que a Nação resolveu prestar-lhe, quer como Poeta, quer como Patriota<sup>17</sup>.

A vontade política de aproveitar o momento para contribuir para o reforço da comunidade imaginada representada pelo par Pátria - República sobrepôs-se ao que, aparentemente, seria a vontade do homenageado. Como o próprio jornal afirma: “Junqueiro pertence à Nação, é uma alta figura da Raça”<sup>18</sup>.

Guerra Junqueiro faleceu na sua casa da Rua Silva Carvalho, em Campo de Ourique, com 73 anos de idade. O seu corpo seguiu, depois, para a Basílica da Estrela, sendo acompanhado, em “romagem piedosa”, por “uma multidão composta de gentes de todas as classes”.<sup>19</sup> Essa referência interclassista procura sublinhar o consenso que se havia formado à volta da figura do poeta. “A urna foi coberta com a bandeira nacional”, dando visibilidade à ideia de que o poeta constituía um verdadeiro símbolo da identidade nacional. Entretanto, discute-se qual o destino a dar ao corpo do ilustre defunto. A Câmara dos Deputados vota por unanimidade a realização de um “funeral nacional”, para além da aprovação do “luto

<sup>13</sup> A caminho da imortalidade e da glória. *O Século*, n.º 14873, 11-07-1923, p. 1.

<sup>14</sup> Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14871, 9-07-1923, p. 1.

<sup>15</sup> A família de Junqueiro entrega à Nação o corpo do Poeta. *O Século*, n.º 14876, 14-07-1923, p. 1.

<sup>16</sup> Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 1.

<sup>17</sup> A família de Junqueiro entrega à Nação o corpo do Poeta. *O Século*, n.º 14876, 14-07-1923, p. 2

<sup>18</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>19</sup> Guerra Junqueiro. *O Século*, n.º 14871, 9-07-1923, p. 4.



nacional”. Decide-se, além disso, que Guerra Junqueiro seja depositado no Mosteiro dos Jerónimos, então funcionando como Panteão Nacional, “junto de Camões, Garrett, Herculano e João de Deus”<sup>20</sup>; todos eles eram escritores e poetas já merecedores de idêntica homenagem. Depois do velório e da missa, o cadáver foi trasladado, como já foi referido, para o Palácio do Congresso, onde é novamente velado, partindo daí, então, para os Jerónimos. Antecipando o funeral, *O Século* escreve:

Nesse dia, o povo de Lisboa abandonará os seus lares e virá, em massa, para a rua, erguendo nos ombros robustos a urna sagrada que contém o corpo de Guerra Junqueiro. Em vez de um funeral, o cortejo de sábado será, sem dúvida, uma verdadeira apoteose. O caminho que seguir, através da cidade, será o caminho da glória. Levado pelo povo, o Poeta repousará tranquilo nos Jerónimos, no altar abençoado da Pátria, que ele cantou como ninguém<sup>21</sup>.

Para além do apelo à participação popular, nota-se uma clara intenção de promover a sacralização do momento. O uso de expressões como “urna sagrada” e “altar abençoado da Pátria” dão conta disso mesmo. Recorde-se que em alternativa ao culto e aos rituais do catolicismo, no âmbito de um vasto projeto de laicização da sociedade, o republicanismo incentivou a criação de uma espécie de religiosidade cívica tendo como elemento central o culto da Pátria, que aqui está presente. Há, assim, uma transferência de sacralidade das referências religiosas tradicionais para uma entidade abstrata, como é a Pátria, ou para símbolos que a procuram representar como é o caso de Guerra Junqueiro, agora erigido à categoria de santo ou apóstolo deste culto supremo. Para além disso, um momento que aparenta ser de tristeza, pela morte do poeta, é visto como festivo e promissor ao ser integrado numa narrativa salvífica e glorificadora da Pátria; articulação esta para que nos remetem as expressões “uma verdadeira apoteose” ou “o caminho da glória”.

O funeral realizou-se, então, no sábado, dia 14 de julho de 1923, tendo o cortejo feito o percurso entre o Palácio do Congresso e o Mosteiro dos Jerónimos “entre duas filas compactas de gente, com a presença de milhares e milhares de crianças”<sup>22</sup>. Na verdade, a presença numerosa de jovens alunos dos liceus e das faculdades, de escoteiros e, em particular, de crianças das escolas primárias acompanhadas dos respetivos professores, participando tanto no velório como no cortejo, é abundantemente destacada e elogiada. Terá havido uma forte mobilização nesse sentido, o que corresponde a uma opção habitual presente nas festas cívicas do republicanismo. Para além de engrossarem a multidão, os jovens e crianças surgiam aqui como a promessa de um futuro radioso para a Pátria. Esta prática foi, no entanto, alvo de alguma polémica. Defendida pelos arautos da “pedagogia republicana”, foi fortemente criticada pelos educadores ligados ao movimento da Escola Nova que a viam como violenta e endoutrinadora.

<sup>20</sup> A morte do grande poeta Guerra Junqueiro enlutou o país. *O Século*, n.º 14872, 10-07-1923, p. 1.

<sup>21</sup> Guerra Junqueiro será conduzido amanhã para o Palácio do Congresso realizando-se o seu funeral depois de amanhã às 18 horas. *O Século*, n.º 14874, 12-07-1923, p. 1.

<sup>22</sup> Os funerais do Poeta. *O Século*, n.º 14877, 15-07-1923, p. 1.

No “Panthéon” nacional “o grande lírico ficou na sala do Capítulo, ao lado de Herculano”<sup>23</sup>. Como nota o articulista, “no ‘Panthéon’ dos Grandes Homens, o Poeta tem ali bem o seu lugar”<sup>24</sup>. Na verdade, o Panteão Nacional, como lugar de memória, é visto como um espaço revestido de uma intensa sacralidade e destinado a albergar os restos mortais dos heróis supremos da coletividade, aqueles que pelos seus contributos relevantes para o engrandecimento da Pátria puderam alcançar, em certa medida, a “imortalidade”. É desta forma que todo o esforço e sacrifícios são compensados: “Não é em vão que os grandes homens trabalham para o engrandecimento da sua Pátria”<sup>25</sup>. Mas esta é uma celebração virada, essencialmente, para o futuro:

A República que há anos acolheu na Batalha os cadáveres dos Soldados Desconhecidos e levou ontem para os Jerónimos o corpo de Junqueiro interpretou o sentir de toda a Nação. O heroísmo e o génio acolheram-se à sombra da mesma bandeira e o exemplo duns e do outro decerto frutificarão nas gerações que se sucedam<sup>26</sup>.

Chegados estamos ao núcleo central deste tipo de comemorações - a exemplaridade cívica. Guerra Junqueiro, promovido às categorias de génio, grande homem ou herói da Pátria surge aqui, na sua versão purificada e sacralizada, como figura representativa a ser proposta a toda a comunidade, em particular às jovens gerações, como exemplo a seguir e como uma espécie de farol que ilumina o caminho da Pátria no sentido de uma regeneração messiânica que a República prometera nos seus primórdios mas que tarda a cumprir.

### **Sacadura Cabral (1881-1924): um herói nacional no tempo da República**

O comandante da marinha Sacadura Cabral, que foi geógrafo, estudioso da navegação aérea e aviador, desapareceu a 15 de novembro de 1924 no Canal da Mancha (CORREIA, 1964), quando regressava da Holanda, onde tinha ido buscar, com outros companheiros, um dos aviões *Foker* comprados por Portugal através de subscrição pública. Ficou conhecido por ter feito dupla com Gago Coutinho na viagem de travessia aérea do Atlântico Sul em 1922.

Os jornais compulsados noticiaram com detalhe o trágico acontecimento e divulgaram comentários e testemunhos, elogiosos e de pesar, recolhidos na imprensa nacional e estrangeira, que ajudavam a mitigar o sofrimento coletivo resultante do seu trágico desaparecimento. A imprensa generalista, *Diário de Notícias* e *O Século*, mediou a manutenção das expectativas nacionais sobre o destino do corpo e ampliou o sentimento de orgulho nacional ao relatar as condolências do corpo diplomático e de outras personalidades.

O encerramento das homenagens fúnebres foi acompanhado de perto pela imprensa, em particular no dia de luto nacional (15 de dezembro). Na véspera já se havia realizado, na Liga Naval, uma sessão promovida pelas Juventudes Monárquicas Conservadoras. Nesse dia decorreram cerimónias na Sé Patriarcal presididas pelo cardeal Mendes Belo, os sufrágios encomendados pela família e diversas outras iniciativas. Os

<sup>23</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>24</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>26</sup> *Idem. Ibidem.*

jornais noticiaram igualmente os atos cívicos e patrióticos que compreenderam homenagens dos bombeiros, o fecho a meia porta do comércio, dois minutos de silêncio observados pelo público anónimo, em Lisboa, que se reuniu na praça onde foi erguido o padrão comemorativo do *raid* Lisboa-Madeira. A uma escala menor, realizaram-se manifestações de tributo em diversas localidades do País e no Brasil.

O epicentro das homenagens oficiais decorreu no Centro de Aviação Marítima sob a presidência do chefe do governo, com uma "cerimónia imponente", estendendo-se aos dois minutos de silêncio assinalados com salvas e toques de clarim cumpridos nos quartéis, ao cortejo das crianças das escolas e à receção de estudantes e escuteiros pelo presidente da República. *O Século* e o *Diário de Notícias* ocuparam toda primeira página do dia de luto nacional com gravuras representando Sacadura Cabral e o mecânico cabo Correia, o avião e outros elementos: um anjo, uma águia, poesias e textos laudatórios por onde perpassam o sentimento de pesar e uma vaga religiosidade, fazendo a ponte entre os feitos do herói e a eternidade/imortalidade a que agora acedia.

O discurso jornalístico e as intervenções nas cerimónias públicas do dia de luto nacional são marcados pela grandeza da viagem aérea que ligou Lisboa ao Rio de Janeiro em 1922. Com ela, afirma-se n'*O Século*, "ensaíou a eternidade no voo infinito do Atlântico"<sup>27</sup> e conquistou (com o almirante Gago Coutinho) os méritos da consagração nacional: "nela ficou engrandecido, dilatado, afamado o velho e nobilíssimo nome de Portugal [...]. Houve de tudo nessa arrancada espiritual! [...], nesse voo de epopeia feito por portugueses de lei [...]. A estes heróis são, pois, devidas as maiores honras, as maiores apoteoses"<sup>28</sup>. O pioneirismo da viagem e a coragem revelada levou a imprensa a estabelecer um paralelismo entre esse feito e as viagens/conquistas da época dos Descobrimentos: "fez de Portugal uma asa e atravessou com ela o Atlântico, desapareceu, misteriosamente, na imensidade trágica do mar, desse mar que nos odeia porque o vencemos, porque nunca deixámos de passear, livremente, sobre o seu dorso irrequieto"<sup>29</sup>.

Paradoxalmente, a morte pouco gloriosa ocorrida durante uma viagem que não apresentava especiais dificuldades trouxe-lhe, porém, o grande mérito de ter o mar como sepultura. Não tanto por Sacadura Cabral ser marinheiro mas por o mar estar intimamente ligado à idade de ouro de Portugal: "O mar, guardando o corpo do Herói, foi justo, foi nobre, foi português. Uma raça que fez a sua glória no Mar não deve dar aos seus homens gloriosos outro Panteão que não seja o Mar. Para os restos inermes desses semideuses a imensidade venerável das águas, para a sua memória - o Céu"<sup>30</sup>. Sacadura Cabral é, pois, um continuador nos ares da gesta marítima dos homens de quinhentos, sendo unânime a ideia de que se perdera um herói dos maiores de Portugal: "entroncava na estirpe das grandes figuras do ciclo marinheiro a quem a aviação fascinara"<sup>31</sup>. Como eles fora marinheiro, como eles enfrentara temerariamente o Atlântico, como eles "os seus restos, se os não tragara o mar, só podia ter um lugar: os Jerónimos"<sup>32</sup>, que os republicanos transformaram em panteão nacional.

<sup>27</sup>A notícia ontem chegada de ter sido arrojado à praia de Ostende o cadáver do ilustre aeronauta Sacadura Cabral não está confirmada. *Diário de Notícias*, n.º 21138, 21-11-2015, p. 1.

<sup>28</sup>Sacadura Cabral. O monumento aos autores da travessia aérea do Atlântico, *O Século*, 15377, 5-12-1924, p. 1.

<sup>29</sup>Apareceram os destroços do avião de Sacadura Cabral, *Diário de Notícias*, n.º 21 136, 20-11-1924, p. 1.

<sup>30</sup>*O Século*, n.º 15387, 15-12-1924, p. 1.

<sup>31</sup>Portugal está de luto. *O Mundo*, n.º 8199, 20-11-1924, p. 1.

<sup>32</sup>*Idem. Ibidem.*

Sacadura Cabral perfila-se como um herói que continuava a obra grandiosa de uma linhagem de heróis passados, inscritos na memória da coletividade, sobre os quais o País se podia reerguer. Neste sentido, Sacadura Cabral era um herói da Pátria que podia ser apropriado pelos portugueses de todos os quadrantes sociais e ideológicos, o que é confirmado pelas homenagens de cariz religioso e político organizadas por diferentes setores da vida nacional.

O contexto político e social da morte de Sacadura Cabral, marcado pelo derrotismo de muitos republicanos, era propício à reatualização do génio e da valentia da "raça" portuguesa de que Sacadura era um exemplo maior, no qual todos se deviam rever e reconhecer como um fator de projeção de Portugal no mundo.

[Sacadura Cabral] vale [...] como um símbolo das próprias virtudes e das qualidades da coletividade, afirmando-se num momento crítico para os destinos nacionais. Quando um marinheiro [...] realizou o *raid* Lisboa-Rio de Janeiro, Portugal foi recordado como uma grande Pátria imortal de que muito havia ainda a esperar; e admiraram-no, não escondendo a sua admiração, quantos de aqueles estranhos que se tinham atrevido a duvidar de uma nacionalidade pequena e empobrecida. Sacadura Cabral operara o milagre.<sup>33</sup>

O seu companheiro da travessia do Atlântico, Gago Coutinho, referiu-se a Sacadura Cabral como "um honroso símbolo de homem da nossa Raça, que todos devemos procurar imitar"<sup>34</sup>. Já *O Século* sublinhava que "a travessia do Atlântico não imortalizou um homem: eternizou uma raça"<sup>35</sup>. Por isso, na sessão na Liga Naval promovida pelas Juventudes Monárquicas Conservadoras, o seu presidente salientava que a reunião "não é uma manifestação de fação política. É uma manifestação de sentido exclusivamente nacional, pois todo o país tem o dever de honrar os seus heróis, ou glorificando-os na hora do triunfo ou pranteando-os na hora fúnebre do desaparecimento"<sup>36</sup>.

A imprensa estabeleceu também a similitude entre o aviador que atingiu o zénite, mas que caiu nas profundezas do mar, e a trajetória de glória e de decadência que ciclicamente marcaria a História de Portugal: "Depois da apoteose, depois do maior voo, o mergulho na treva [...]. É o nosso destino a cumprir-se, o nosso destino de vitórias e quedas"<sup>37</sup>. Ora, como a situação político-social do País configurava um período de declínio, alguns comentários da imprensa tentavam contrariar o pessimismo instalado buscando na vida de Sacadura Cabral um exemplo de superação das contrariedades: "desta vez porém é preciso reagirmos, não nos resignarmos ao Destino..."<sup>38</sup>. E como Sacadura Cabral tivesse perecido num dia de nevoeiro, o *Diário de Notícias* alerta que já só era possível ultrapassar as dificuldades por meio de um qualquer salvador da Pátria, possuidor das qualidades excepcionais de Sacadura Cabral, feito reencarnação do mito sebastianista: "Sacadura Cabral não morreu. Sacadura Cabral está escondido na bruma e há de surgir, com esse nome ou com outro, quando a Pátria o chamar. Sejamos todos sebastianistas"<sup>39</sup>.

<sup>33</sup> À memória de Sacadura Cabral. *O Século*, nº 15368, 25-11-1924, p. 1.

<sup>34</sup> O retrato de um herói. *Diário de Notícias*, nº 21136, 20-11-1924, p. 1.

<sup>35</sup> Ainda não foi confirmada a notícia do cadáver ter sido encontrado. *Diário de Notícias*, nº 21 138, 22-11-1924, p. 1.

<sup>36</sup> Sacadura Cabral. A sessão na Liga Naval. *O Século*, nº 15387, 15-12-1924, p. 2.

<sup>37</sup> Apareceram os destroços do avião de Sacadura Cabral. *Diário de Notícias*, nº 21 136, 20-11-1924, p. 1.

<sup>38</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>39</sup> *Idem. Ibidem.* O Sebastianismo foi uma crença mística propagada em Portugal logo após o desaparecimento do rei D. Sebastião (1554-1578), segundo a qual este rei, como um novo messias, retornaria para restituir o brilho e a glória de tempos passados. O sebastianismo transformou-se num dos mitos maiores da cultura portuguesa. Em épocas de crise aparece como uma esperança de melhores dias, de mais justiça social e de maior grandeza. O mito (como é próprio dos mitos) foi sendo adaptado às realidades de cada momento.

Na imprensa e nos discursos proferidos nas sessões de homenagem procede-se à reconstrução da imagem de Sacadura Cabral como homem, militar e aviador em que dominavam as qualidades humanas, intelectuais e militares<sup>40</sup>, que faziam dele um homem superior<sup>41</sup>. No dizer do comandante Cisneiros de Faria foi "um brilhante exemplar daquela espécie de homens que, no decurso da História de Portugal, fizeram a grandeza e a glória da Nação"<sup>42</sup>. Impunha-se aos olhos de todos pelas suas virtudes entre as quais luziam a coragem, a tenacidade e o patriotismo, isto é, não desistia perante as adversidades e punha as suas qualidades ao serviço da elevação de Portugal. Não lhe chegando a façanha da viagem ao Brasil, concebeu novos projetos de viagens aéreas e até as primeiras carreiras comerciais aéreas nacionais.

Podia Sacadura Cabral ser a "asa gloriosa em que vibrava todo o génio da Raça portuguesa"<sup>43</sup>; mas isso significava que não tinha defeitos? Os que lhe eram apontados foram desvalorizados ou rejeitados recorrendo a episódios da sua vida que contradiziam essa imagem<sup>44</sup>. Em contrapartida, as qualidades benfazejas de Sacadura Cabral deveriam ser imitadas pelos portugueses, em particular pelas novas gerações. Neste sentido, realizaram-se homenagens pelas escolas públicas e privadas de Lisboa, cujos alunos foram transportados num rebocador até à doca do Bom Sucesso, onde se iniciara a viagem Lisboa-Rio de Janeiro, para aí lançarem flores, assim como a marcha dos estudantes e dos escuteiros até Belém para apresentar condolências ao presidente da República<sup>45</sup>. Como lembrou o *Diário de Notícias*: "Sacadura Cabral foi grande entre os maiores. Ao chorar a sua perda não esqueçamos o exemplo admirável da coragem que ele nos legou [...]. Que a mocidade portuguesa tenha sempre presente esse exemplo"<sup>46</sup>, aprendendo, segundo o chefe do governo, com "os grandes exemplos de amor à Pátria e à República"<sup>47</sup>.

Para perpetuar a memória do herói, *O Século* lançou uma campanha de angariação de fundos, destinada à construção de um monumento comemorativo da travessia aérea do Atlântico, "para materializar a fama dos seus feitos, como perpétuo testemunho da Vontade e da Fé da raça portuguesa"<sup>48</sup>, no pressuposto de que ele "vale [...], como um símbolo das próprias virtudes da coletividade afirmando-se num momento crítico para os destinos nacionais"<sup>49</sup>.

A petrificação da memória de Sacadura Cabral constituiria um fator de consenso nacional, um lugar da memória da coletividade, onde se podia expressar a devoção a um grande português, identificado como um símbolo da unidade e das potencialidades da nação. Afinal, a "águia" da aviação portuguesa morreu quando se preparava para executar mais uma façanha aérea, sinal de que se podia encarar o futuro com esperança: "no culto e no exemplo da sua vida, altruisticamente entregue à Grei e à Terra, podem inspirar-se os seus patrícios, os seus camaradas de armas e a juventude militar portuguesa [...]. Neste monumento, mais do que a nossa gratidão, está empenhada e jurada a nossa honra, porque ele será - como a *ideia* e o *sentimento*"<sup>50</sup>.

<sup>40</sup>As celebrações realizadas ontem à memória de Sacadura Cabral. *Diário de Notícias*, n.º 21 161, 16-12-1924, p. 3.

<sup>41</sup>Sacadura Cabral. *O Século*, 15387, 15-12-1924, p. 2 e 4; Sacadura Cabral. *O Século*, n.º 15388, 16-12-1924, p. 4; As celebrações realizadas ontem à memória de Sacadura Cabral. *Diário de Notícias*, n.º 21161, 16-12-1924, p. 3.

<sup>42</sup>Sacadura Cabral. A sessão na Liga naval. *O Século*, n.º 15388, 16-12-1924, p. 3.

<sup>43</sup>As celebrações realizadas à memória de Sacadura Cabral. *Diário de Notícias*, n.º 12 161, 16-12-1924, p. 3.

<sup>44</sup>Sacadura Cabral. *O Século*, n.º 15388, 16-12-1924, p. 4.

<sup>45</sup>*Idem. Ibidem*; O dia de luto nacional. *Diário de Notícias*, n.º 21 161, 16-12-1924, p. 3.

<sup>46</sup>O dia de luto nacional. *Diário de Notícias*, n.º 21160, 15-11-1924, p. 1.

<sup>47</sup>*Idem. Ibidem*.

<sup>48</sup>Trindade Coelho, Glorifiquemos o herói. *O Século*, n.º 15367, 24-11-1924, p. 1.

<sup>49</sup>À memória de Sacadura Cabral. *O Século*, n.º 15368, 25-11-2015, p. 1.

<sup>50</sup>*Idem. Ibidem*.

O governo chegou a autorizar o fornecimento do bronze necessário e a disponibilizar os meios de fundição, mas a subscrição não foi bem-sucedida acabando por ter o mesmo destino de outras tentativas anteriores. Só em 1991 foi erigida, em Lisboa, uma réplica de um dos hidroaviões que fez a viagem Lisboa-Rio de Janeiro, tendo no seu interior os bustos, em tamanho natural, dos dois aviadores que a realizaram.

### **Considerações finais**

No estado atual da hermenêutica sobre o tema podemos adiantar algumas conclusões que nos foram sugeridas pelo estudo dos vários funerais. Em primeiro lugar sobressai o aproveitamento da morte de grandes republicanos, a exposição do corpo e o cortejo fúnebre, como momentos de reafirmação política republicana bem expresso no caso de Guerra Junqueiro, o que pode ser explicado tanto pela necessidade de legitimação do regime como pela instabilidade que marcou toda a sua existência.

Em segundo lugar, chamou-nos a atenção a intensa ritualização dos funerais estudados. Mesmo estando ausentes os espaços, agentes, gestos e símbolos dos funerais católicos, a sua configuração externa apresenta muitas características deles decalcadas, evidenciando a ambiguidade do laicismo em face destes acontecimentos. É como se o homem laico não pudesse dispensar um certo investimento religioso na morte, de modo a ajudar o falecido a transitar para o outro mundo e a apaziguar os vivos confrontados com o espetáculo sempre doloroso do fim, bem como a criar um ambiente de emoção generalizado que contribuía para enraizar na memória de todos as práticas alternativas de cariz laico.

Em terceiro lugar, retivemos o esforço para eternizar a recordação do mortos, ou melhor a representação do morto elaborada a propósito da sua morte e do funeral, para que este permaneça no mundo dos vivos como memória exemplar, pronta a ser recuperada ciclicamente ou nos momentos de maior aflição coletiva. Os funerais funcionavam como liturgias identitárias e socializadoras, permitindo mais facilmente enraizar nos vivos, como lição para o presente e para o futuro, uma leitura idealizada do contributo dos «grandes homens» estudados, tanto para o bem público como para a causa do republicanismo. Neste sentido os funerais permitem a apropriação, a interpretação e a difusão de ideias e valores com o objetivo de perenizar uma ordem social existente. Esta encenação do político remete para a necessidade do poder se enraizar nos pais fundadores, de se personificar para assegurar a autoridade, produzir a ordem social e legitimar a República para os homens do presente.

Em quarto lugar, a República construiu uma hagiografia laica pela qual perpassa uma vaga religiosidade eivada de valor pedagógico para re-ligar a República. A celebração da morte de “grandes homens”, como Guerra Junqueiro e Sacadura Cabral, consolida e aprofunda a construção de uma nova tradição sacralizada que exalta os grandes homens das letras, os políticos e militares pelos seus talentos e sacrifícios e que se inscreve no reconhecimento da nação numa política da memória. A construção da representação do grande republicano, para a qual muito contribuem os comentários políticos e os elogios fúnebres produzidos pela imprensa ou por esta difundidos, lembra a todos os cidadãos que a imortalidade é possível desde que aos olhos da República o mereçam pela sua vida e/ou pela sua morte. Deste modo, se forjava um ritual de educação republicana visando alargar as bases da unanimidade nacional. Neste ensejo, é paradigmático o funeral de Guerra Junqueiro e a sua entronização no panteão nacional, servindo os intuitos da rememoração dos ideais do republicanismo histórico, isto é, da República idealizada, ainda não realizada, mas permanecendo como utopia desejada.

## Referências

BACZKO, B. **Lumières de l'utopie**. Paris: Payot, 1978.

CATROGA, F. **O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)**. Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, F. Ritualizações da História. In AMADO MENDES, J. M., CATROGA, F., & TORRAL, L. R. (Eds.). **História da História em Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 547-671.

CATROGA, F. **O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991.

CATROGA, F. **A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)**. (Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

CORREIA, J. P. P. **Sacadura Cabral: homem e aviador**. Lisboa: Edição do Autor, 1964.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1924).

FRANCO, A. C. **O essencial sobre Guerra Junqueiro**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.

MATOS, S. C. **História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895-1939)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MEDINA, J. **Presidente-Rei» Sidónio Pais: Estudos sobre Sidónio Pais e o seu consolo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MEDINA, J. **Morte e transfiguração de Sidónio Pais**. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

MUNDO, O (1924).

OZOUF, M. **La fête révolutionnaire (1789-1799)**. Paris: Éditions Gallimard, 1978.

PINTASSILGO, J. **República e formação de cidadãos: A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

RIVIÈRE, C. (1988). **Les liturgies politiques**. Paris: P.U.F.  
<https://doi.org/10.3917/puf.rivie.1988.01>

SIRONNEAU, J. P. (1980). **Retour du mythe et imaginaire socio-politique**. In *Le retour du mythe*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, p. 9-28.

SÉCULO, O (1923-1924).

TENGARRINHA, J. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.